

Experiência, Transparência e Profissionalismo

FILAFIL COMÉRCIO EIRELI GN COMÉRCIO EIRELI

PROC N° 5006809-92.2019.8.21.0001

3° RELATÓRIO DE INCIDENTE, APRESENTADO EM ABRIL DE 2022



CONHEÇA NOSSO PORTAL

CUMPRIMENTO DO PLANO DE

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

MEDEIROS (%)
& MEDEIROS

ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

INTRODUÇÃO



O presente relatório tem como fundamento o disposto no artigo 22, inciso II, alínea "a", da Lei n.º 11.101/2005, que estabelece que compete ao Administrador Judicial a fiscalização das atividades do devedor e o cumprimento do plano de recuperação judicial.

As informações apresentadas também são objeto de demonstração nos Relatórios Mensais de Atividade ("RMA") do devedor, porém, de forma sintetizada.

O objetivo deste relatório é reunir as informações referentes ao plano de recuperação judicial homologado das empresas FILAFIL COMÉRCIO EIRELI E GN COMÉRCIO EIRELI, que já está em fase de cumprimento, facilitando o acesso a todos os interessados.

O presente relatório vai subdividido entre cronograma processual, premissas do plano de recuperação judicial e prestação de contas dos pagamentos, visando facilitar o acesso do Juízo, Ministério Público, credores e interessados às informações relativas ao cumprimento das obrigações avençadas.



- 1. CRONOGRAMA PROCESSUAL
- 2. PREMISSAS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 - 1. Meios de Recuperação
 - 2. Proposta de pagamento
- 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PAGAMENTOS
 - 1. Resumo do Cumprimento

CRONOGRAMA PROCESSUAL



Experiência, Transparência e Profissionalismo

Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05		
20.05.2019	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		22.11.2019	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo	art. 8°		
10.06.2019	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1°	20.10.2020	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC	art. 56, § 1º		
30.07.2019	Publicação do deferimento no D.O.	art. 52, § 1°	26.11.2020	AGC – 1ª Convocação	art. 56, § 1°		
30.07.2019	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 7°, § 1º	11.12.2020	Homologação do PRJ			
14.08.2019	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ	art. 7°, § 1º	22.07.2021	Publicação do quadro geral de credores	art. 18		
22.08.2019	Apresentação do Plano de Recuperação único	art. 53	11.12.2022	Fim do prazo de Recuperação Judicial	art. 61		
28.10.2019	Apresentação de Planos de Recuperação individualizados			elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.	s previstos na Lei		
11.11.2019	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único		adde de edde economica comonno e danna processada			
12.12.2019	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ	art. 53, § Único e art 55, § Único	t. Eventos ocorridos Data estimada				
11.11.2019	Publicação do segundo edital pelo Administrador Judicial	art. 7°, § 2°					

PREMISSAS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Experiência, Transparência e Profissionalismo

2.1 Meios de Recuperação

Reorganização societária: as Recuperandas manifestaram interesse em realizar uma reorganização societária, onde a GN irá incorporar a Filafil e manter as atividades, visto que é a única empresa que está gerando recursos atualmente. Contudo, embora reiteradas solicitações, a assessoria jurídica da empresa não repassou maiores detalhes sobre as medidas de soerguimento e estas não estão devidamente explícitas nos Planos de Recuperação Judicial apresentados.

Em assembleia geral de credores instalada em 1ª convocação na data de 26.11.2020, as Recuperandas apresentaram modificativo aos PRJ originais, os quais foram colocados em votação e aprovados com ressalvas pelos credores, sendo o da Filafil por unanimidade e o da GN por maioria, considerando o voto pela rejeição do credor Banrisul. Os PRJs foram devidamente homologados pelo Juízo em 11/12/2020, concedendo a recuperação judicial às empresas.

PREMISSAS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL



2.2 Proposta de Pagamento

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pelos credores em novembro/2020, com posterior homologação pelo Juízo em dezembro/2020. Quanto à contagem do prazo de carência previsto, a Administradora Judicial entende que o marco inicial se deu em janeiro/2021, findando-se em dezembro do mesmo ano – de modo que os pagamentos deveriam se iniciar em janeiro/2022. As Recuperandas, por outro lado, entendem que o prazo de carência teve início somente em fevereiro/2021, após sua intimação quanto à decisão de homologação, encerrando-se em janeiro/2022, com consequente início dos pagamentos em fevereiro/2022. Os pagamentos, portanto, tiveram início em 25.02.2022, e os comprovantes foram encaminhados à Administração Judicial em 11.03.2022, os quais serão objeto do próximo relatório a ser apresentado - oportunidade na qual as rubricas a vencer/em atraso serão corretamente adequadas.

PROPOSTA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (RESUMO)								
ELEMENTO	MEDIDA	FILAFIL – ORIGINAL	FILAFIL – MODIFICADO	GN – ORIGINAL	GN - MODIFICADO			
Correção Saldo Inicial	*		TR + 0,5 a.m.	-	TR + 0,5 a.m.			
Data de inicio da correção	Data	Homologação	Abril de 2019	Homologação	Abril de 2019			
Deságio	%	60%	30%	60%	30%			
Carência Total	mês	24	12	24	12			
Saldo em Parcelas	mês	120	108	120	108			
Forma de Pagamento	*	Linear	Escalonada	Linear	Escalonada			
Correção Saldo Final	*	TR + 3% a.a.	TR + 1% a.m.	TR + 3% a.a.	TR + 1% a.m.			

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PAGAMENTOS

Experiência, Transparência e Profissionalismo

3.1 Resumo

		CON	NDIÇÕES DO P	LANO FILAFIL				ATUALIZ	ZAÇÃO EM FEVEREIRO	D DE 2022
CLASSE	VALOR RJ	DESÁGIO	CARÊNCIA	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR APÓS DESÁGIO	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
Classe III - Quirografários	3.883.238,52	30%	12 meses	jan/22	jan/31	1.164.971,56	11.370,05	19.208,41	1.153.601,51	Os pagamentos deverão iniciar após transcorridos 12 meses da homologação do plano, ou seja, a partir de 11.12.202 ^o
TOTAL	R\$ 3.883.238,52	.i		<u>:</u>		1.164.971,56	11.370,05	19.208,41	1.153.601,51	



Classe III - Quirografários

O PRJ prevê uma carência de 12 meses a iniciar da homologação do Plano de Recuperação judicial que foi em 11.12.2020, logo a Administração Judicial entende que a carência findou em dezembro/2021 de modo que os pagamentos deveriam se iniciar em janeiro/2022. Em controvérsia, as Recuperandas entendem que o prazo de carência teve início somente em fevereiro/2021, após sua intimação quanto à decisão de homologação, encerrando-se em janeiro/2022. Por consequência considera-se a parcela com vencimento em janeiro/2022 em atraso.

- O credor Santander possui R\$145.295,52 arrolado na recuperação judicial, contudo a sócia Andreia, que figura como avalista, realizou um acordo junto a Instituição. A Recuperanda encaminhou os documentos correspondentes a operação que serão objeto de análise até o próximo relatório.
- Conforme relatado, a Recuperanda iniciou os pagamentos em 25.02.2022 de forma parcial, adimplindo, até o momento, R\$11.370,05.
- Quanto aos pagamentos ao Credor Caixa Econômica Federal, não foram realizados devido ao tipo de operação adotado pela CEF para fins de recebimento, pois não
 existe uma conta bancária para depósito, se utilizando assim de uma TED especial para esse fim. Conforme informado pela Recuperanda, o Juízo autorizou que fosse
 feito depósito judicial e os pagamentos devem ser regulares a partir de abril.



PORTO ALEGRE / RS Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900/701 Torre Iguatemi Business Bairro Chácara das Pedras CEP: 91330-001 NOVO HAMBURGO / RS Rua Júlio de Castilhos, 679/111 Centro Executivo Torre Prata Bairro Centro CEP: 93510-130

CAXIAS DO SUL / RS Av. Italia, 482/501 Ed. Domênica Verdi Bairro São Pelegrino CEP: 95010-040 SÃO PAULO / SP Av. Nacões Unidas, 12399/133 B Ed. Comercial Landmark Bairro Brooklin Novo CEP: 04578-000 BLUMENAU / SC Rua Al. Barroso, 1004/9a Ed. Maria Clara Bairro Vila Nova CEP: 89036-240

MANAUS / AM Av. Tefé, 369 Bairro Pça 14 de Janeiro CEP: 69020-090